

Por uma Criminologia do Sul: o orientalismo na campanha militar do Estado de Israel após o 7 de outubro de 2023

Toward a Southern Criminology: orientalism in the state of Israel's military campaign after october 7, 2023

Hidemberg Alves da Frota* 

Resumo: Neste artigo acadêmico, analisaram-se as expressões de orientalismo sionista em livros de apelo comercial, assim como em declarações da cúpula e da propaganda oficial do Governo israelense e de que maneira tem sido instrumentalizado para justificar o apoio do Norte Geopolítico ao Estado de Israel, as ações israelenses como potência colonial na Palestina e a campanha militar israelense na Faixa de Gaza depois do 7 de outubro de 2023. Os referenciais teóricos foram livros-texto, capítulos de livro e artigos acadêmicos relacionados com o orientalismo sionista, conjugados com obras e ensaios nos quais autores judeus e palestinos expressam o seu olhar sobre o conflito israelo-palestino. Constatou-se que o sionismo contemporâneo no Norte Geopolítico e no Estado de Israel perpetua tradição iniciada nos primórdios do sionismo europeu de retratar o Estado de Israel como ente político-estatal incumbido de atuar como posto avançado de proteção da civilização ocidental, na promoção de valores culturais e políticos ocidentais supostamente superiores aos orientais e no enfrentamento direto das ameaças existenciais ao mundo ocidental atribuídas às comunidades e às nações de maioria árabe e muçulmana. Percebeu-se que, ao longo do conflito israelo-palestino, essa tradição orientalista do sionismo tem sido instrumentalizada pelo Estado de Israel e por seus aliados do Norte Geopolítico. Notou-se que, na atualidade, a retórica orientalista proporcionou ao Governo israelense dilatada margem de liberdade para desenvolver campanha militar na Faixa de Gaza. Em tal cenário, concretizou-se, após o 7 de outubro de 2023, o extermínio de parcela significativa da população civil de Gaza e a ampla destruição do seu patrimônio público e particular.

Palavras-chave: Orientalismo, sionismo, Israel, Gaza, Norte Geopolítico.

Abstract: This academic article examines expressions of Zionist Orientalism in commercial books, Israeli leadership statements, and government propaganda. The study finds that these expressions are strategically used to justify the Geopolitical North's support for Israel, Israel's colonial actions in Palestine, and its military campaign in Gaza following the October 7, 2023, attacks. Key findings show that contemporary Zionism in Israel and the Geopolitical North continues a tradition from early European Zionism: Israel is framed as protecting Western civilization, promoting Western values, and confronting perceived threats from Arab and Muslim-majority nations. This rhetoric has given the Israeli government increased freedom to conduct military operations in Gaza in the aftermath of October 7, 2023, resulting in the extermination of a significant portion of the civilian population and widespread destruction of Gaza's public and private infrastructure. The analysis draws on textbooks, book chapters, scholarly articles, and essays by Jewish and Palestinian authors to support these findings.

Keywords: Orientalism, Zionism, Israel, Gaza, Geopolitical North.

Recebido em: 19/08/2025
Aprovado em: 22/12/2025

Como citar este artigo:
FROTA, Hidemberg Alves da. Por uma Criminologia do Sul: o orientalismo na campanha militar do Estado de Israel após o 7 de outubro de 2023.

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, vol. 7, n. 3, 2025, p. 15-31.

* Ministério Público do Estado do Amazonas.

1 Introdução

Este estudo¹ almeja contribuir para a construção de uma Criminologia do Sul aberta ao campo de possibilidades de diálogos com as pesquisas, em Relações Internacionais e ciências congêneres, desenvolvidas sobre as multifacetadas manifestações de orientalismo na contemporaneidade. Essa proposta de interlocução, por meio do orientalismo, entre uma Criminologia do Sul e a seara das Relações Internacionais releva-se pertinente sobretudo quanto à investigação relativa às maneiras pelas quais o Ocidente manipula e espalha estereótipos sobre o Oriente, com o intuito de perpetuar estruturas de opressão, inclusive sob a égide do imperialismo e do neocolonialismo, que atendem a objetivos de ordem geopolítica e econômica. A circulação, na seara de uma Criminologia do Sul, de saberes e reflexões acerca do orientalismo visa a uma compreensão mais abrangente das formas de o Ocidente retratar os povos do Oriente, em especial do Oriente Médio, a título de discurso de justificação para normalizar, naturalizar ou minimizar a ocorrência sistemática de crimes contra coletividades, em detrimento dos povos médio-orientais, sobressaindo-se a questão do domínio neocolonial a que está submetido o povo palestino, acima de tudo as comunidades palestinas da Faixa de Gaza, de Jerusalém Oriental e da Cisjordânia.

Congruente com esse escopo, o presente artigo acadêmico busca conhecer e analisar os modos como o orientalismo, moldado por setores significativos do movimento sionista (assim entendido como movimento nacionalista pela autodeterminação do povo judeu), máxime do Estado de Israel e da sociedade israelense, exprime-se por meio de livros de apelo comercial destinados ao grande público, bem como de declarações da cúpula e da propaganda oficial do Governo israelense. Este *paper* também pretende conhecer e analisar os modos como o orientalismo tem se manifestado como meio de justificar (a) o apoio do Norte Geopolítico, capitaneado pelos Estados Unidos da América, ao Estado de Israel, (b) as ações do Estado de Israel como potência neocolonial na Palestina e (c) a campanha militar israelense na Faixa de Gaza, após as ações das brigadas militares do Hamas, no Sul de Israel, de 7 a 8 de outubro de 2023. Os referenciais teóricos serão livros-texto, capítulos de livro e artigos acadêmicos devotados ao estudo do orientalismo na tessitura específica do sionismo, conjugados com obras e ensaios por

¹ Artigo acadêmico derivado de trabalho de conclusão da disciplina Ocidente e Orientalismo, no âmbito do Curso de Especialização As Relações Internacionais do Oriente Médio: sociedade(s), cultura(s) e política (PUC Minas). Agradecimento ao Prof. Dr. Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz, pela paciência e consideração, no diligente e célebre exame de dúvidas metodológicas, bem como pela lucidez, discernimento e abertura à alteridade com que se houve na condução da disciplina. Agradecimento ao Prof. Dr. Danny Zahreddine, cujo espírito generoso, agregador e visionário tornou possível o advento e a continuidade do referido Curso de Especialização. Agradecimento à equipe editorial da *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal* pela criteriosa análise e acolhimento fidalgo

intermédio dos quais autores judeus e palestinos expressam o seu olhar sobre o conflito israelo-palestino.

2 Por uma Criminologia do Sul

Os criminólogos australianos Kerry Lyn Carrington e Russell Hogg, em conjunto com o criminólogo argentino Maximo Sozzo, aventam, na qualidade de uma Criminologia do Sul, a formulação de projeto de dimensão transnacional, política, teórica e empírica, a acolher a diversidade de “experiências e perspectivas do Sul Global” (Carrington; Hogg; Sozzo, 2018, p. 1.934), por meio de “métodos e conceitos que construam pontes entre as divisões globais e abrace a democratização da produção de conhecimento como uma forma de aspiração política” (Carrington; Hogg; Sozzo, 2018, p. 1.934). Ao se debruçarem sobre o contingente de sociedades do Sul, tais criminólogos situam o Estado de Israel, assim como os Estados latino-americanos, a Austrália e a Nova Zelândia, no rol de entes nacionais cuja colonialidade ainda se mostra presente “em pelo menos um aspecto vital” (Carrington; Hogg; Sozzo, 2018, p. 1.940). Entendem que a sociedade israelense, bem como as sociedades latino-americanas, australiana e nova-zelandesa, conquanto sejam pós-coloniais, têm “reivindicações por soberania e independência nacionais [...] baseadas na cultura e identidade política de suas populações colonizadoras europeias, e não na de seus habitantes originários” (Carrington; Hogg; Sozzo, 2018, p. 1.940).

Por outro lado, o criminologista nigeriano Biko Agozino propõe uma Criminologia Contracolonial. Cuida-se de pensamento criminológico que, centrado em uma perspectiva descolonial, insere-se em um quadro mais amplo, o da mobilização da humanidade em geral e da comunidade de criminólogos em particular, para se descolonizarem não apenas a Ciência Criminológica, mas também o mundo em sua inteireza. Agozino sublinha a relevância de que sejam consideradas, como questões fulcrais da Criminologia, as ameaças à integridade das coletividades, inclusive da própria humanidade, decorrentes dos crimes executados sob o pátio do imperialismo e do neocolonialismo (Agozino, 2023). Nesse diapasão, pontua que esse movimento de descolonização da Criminologia deve se inspirar no percurso histórico dos povos submetidos ao jugo imperialista, colonialista e neocolonialista, bem assim nos modos de luta daquelas gentes e de seus aliados direcionados a “erradicar os crimes da colonização” (Agozino, 2023, p. 1.405). Ao enfatizar as limitações da tradição eurocêntrica da Criminologia, a qual, historicamente, tem colaborado para a invisibilidade dos crimes que constituem meios de controle social de povos subjugados pelo imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, recorda que “o estabelecimento

do Estado de Israel resultou na apreensão das terras dos palestinos, que foram mortos ou exilados” (Agozino, 2023, p. 1.410).

Mostra-se oportuno igualmente mencionar a pesquisa de Marya Al-Hindi, levada a efeito na Universidade de Edimburgo e laureada com o Prêmio Rosa Del Omo². Lastreada em uma perspectiva norteada pela Criminologia do Sul, adverte que o caráter segregacionista do muro construído pelo Estado de Israel em Territórios Palestinos Ocupados tem sido justificado, pelo ente estatal israelense, com esteio em estereótipos racializados dos povos árabes, rotulados como coletividades ameaçadoras, “bestiais”, belicosas e terroristas (Al-Hindi, 2023).

3 O orientalismo de bases sionistas

Em ensaio publicado em recente obra coletiva dedicada a proporcionar múltiplos olhares acerca da campanha militar do Estado de Israel na Faixa de Gaza desenvolvida em resposta aos atos de sequestro de (e agressão a) judeus promovidos pelo Hamas³, no Sul de Israel, de 7 a 8 de outubro de 2023, o coletivo judaico-brasileiro não sionista Vozes Judaicas por Libertação, constituído naquele mesmo ano, salienta que o sionismo, em todo o seu espectro (do campo progressista ao da extrema direita), tem, entre os seus traços fundamentais, o de esposar e difundir um modo de pensar orientalista, na forma como organiza e limita a relação do Estado de Israel com o Oriente Médio (Vozes Judaicas por Libertação, 2024). Em igual sentido, pondera-se, na literatura especializada, que a luta pela identidade palestina esbarra “no fato de que o sionismo incorporou aspectos do orientalismo em sua ideologia, seja no sionismo religioso, nacionalista ou trabalhista” (De Sinno, 2024, tradução livre nossa). Nessa visão orientalista de bases sionistas, advoga-se uma “relação de alteridade em que Israel representa o progresso e a civilidade, e os palestinos e seus vizinhos, a barbárie” (Vozes Judaicas por Libertação, 2024, p. 227).

Cuida-se de tradição sionista que remonta, segundo Edward Said, aos primórdios tanto do movimento sionista europeu primevo, a exemplo do seu mais influente ideólogo, Theodor Herzl (1860-1904), quanto da primeira geração de políticos e estadistas israelenses, tal qual Chaim Azriel Weizmann (1874-1952), primeiro Presidente do Estado de Israel (Said, 2012). Essa

² O Prêmio Rosa del Olmo, em homenagem à renomada criminóloga venezuelana, é concedido pelo periódico *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, de forma bienal, aos artigos acadêmicos que, encartados no IJCJSD, mais contribuíram para a promoção da inovação, no pensamento criminológico, para além dos modelos de Criminologia tradicionalmente sufragados pelo mundo ocidental (International Journal for Crime, Justice and Social Democracy, 2025).

³ Acrônimo, em árabe, pertinente ao Movimento de Resistência Islâmica (Tishby, 2022).

estratégia discursiva consistia em delinear, já naquele estágio incipiente do nacionalismo sionista, os embates entre o sionismo e as comunidades árabes da Palestina e do Oriente Médio como “uma extensão, uma perpetuação e até uma intensificação (para proveito do Ocidente) do antiquíssimo conflito entre o Ocidente e o Oriente, cujo principal substituto era o Islã” (Said, 2012, p. 33). Dessarte, a chancela do mundo ocidental ao sionismo e ao Estado de Israel passou a ser vislumbrada como “não apenas [...] uma questão de colonização, mas também de civilização” (Said, 2012, p. 33), na medida em que o movimento sionista e o Estado israelense encarnariam, no panorama do Oriente Médio, os valores ocidentais “associados ao liberalismo, à liberdade e à democracia, ao conhecimento e ao esclarecimento” (Said, 2012, p. 33).

O historiador palestino-americano Rashid Khalidi, docente aposentado, ex-Titular da Cátedra Professor Edward Said de Estudos Árabes Modernos na Universidade de Columbia, observa que o caráter colonialista da presença do Estado de Israel no Oriente Médio passou despercebido do campo majoritário das sociedades americana e europeia, ao se naturalizar a sua existência (Khalidi, 2020). No imaginário do mundo ocidental, agrega-se à dimensão ordinária do Estado de Israel (defluente da sua existência naturalizada pelas sociedades ocidentais, segundo a qual consiste em mais um Estado nacional entre outros tantos) uma dimensão extraordinária: um ente político-estatal que, de acordo com essa perspectiva orientalista de acento sionista, enfrentaria tessitura, em geral, estranha aos Estados ocidentais, de lidar, em seu cotidiano, com “a hostilidade irracional de muçulmanos intransigentes e muitas vezes antisemitas (que é como os palestinos, mesmo os cristãos, são vistos por muitos)” (Khalidi, 2020, p. 323).

Na primeira década do século XXI, na conjuntura internacional e regional subsequente aos atentados terroristas, nos EUA, em 11 de setembro de 2001, os governos de direita de Israel (na esteira da política externa estadunidense sob a égide do que se convencionou chamar, à época, de Doutrina Bush) recrudesceram a opressão ao povo palestino, a pretexto de se unirem ao resto do mundo ocidental na denominada “guerra global ao terror” (Filiu, 2023, p. 363). O historiador francês Jean-Pierre Filiu lembra que, na gestão (2001-2006) do então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon (1928-2014), equiparou-se o então Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat (1929-2004), ao terrorista Bin Laden, “a fim de combater cada vez mais duramente a segunda intifada” (Filiu, 2023, p. 353), ocorrida de 28 setembro de 2000 a 8 de fevereiro de 2005. Em consequência, houve nova ocupação integral da Cisjordânia, pelas Forças de Defesa de Israel, em março 2002. Arremata Filiu: “Arafat, sitiado nos gabinetes da sua presidência, daí não sairia durante dois anos e meio. A Autoridade estava em ruínas e o sonho de um Estado palestino chegava ao fim” (Filiu, 2023, p. 353). Dessa forma, o orientalismo de bases sionistas foi matizado

com o neo-orientalismo da guerra global ao terror, o qual se abebera na (e retroalimenta a) islamofobia (Wahid, 2022).

Como produto cultural ilustrativo da perenidade dessa espécie de orientalismo de matriz sionista, mostra-se relevante citar o *best-seller* de Noa Trishby publicado no Brasil em 2022, sob o título “Israel: uma nação fascinante e incompreendida”, originalmente editado em língua inglesa em 2021, com este nome mais categórico: “Israel: A Simple Guide to the Most Misunderstood Country on Earth” (Trishby, 2022) (“Israel: um guia simples para o país mais malcompreendido da Terra”). No mesmo ano em que saiu do prelo a tradução brasileira da sua obra introdutória ao Estado de Israel e à sociedade israelense, a ativista israelo-americana havia sido designada, pelo Governo israelense, para o combate, perante a opinião pública, nas redes sociais e nos meios de comunicação social, ao antisemitismo e à deslegitimização do Estado de Israel (Trishby, 2022). A autora se propõe, em uma linguagem coloquial e, por vezes, intimista, a esclarecer e refutar supostas distorções sobre o sionismo e o Estado de Israel, destacando “que Israel não está lidando com as mesmas realidades que o restante da sociedade ocidental – nem de longe” (Tishby, 2022, p. 321).

De acordo com essa linha de argumentação orientalista, recorrente na gramática sionista, a sociedade israelense, antes mesmo da Declaração de Independência de Israel, proclamada em 14 de maio de 1948, já experienciava, ao contrário das demais sociedades do mundo ocidental, uma situação de excepcionalidade, porquanto, à luz desse modo de pensar, enfrentava (e ainda enfrenta) uma ameaça existencial permanente. No caso do Sul do Estado de Israel, essa ameaça existencial perene se daria, nos tempos contemporâneos, em razão do controle político-administrativo e militar do Hamas sobre a Faixa de Gaza, na condição de “um aspirante [a] Estado de Sharia [situado] a 50 km de sua casa” (Tishby, 2022, p. 320). Todavia, o argumento da excepcionalidade israelense permite ao Estado de Israel dar a si mesmo, a título de legítima defesa da sua soberania, o direito de adotar ações militares que, nas sociedades ocidentais, seriam, por vezes, consideradas desproporcionais e incompatíveis com a dignidade da pessoa humana e o primado dos direitos humanos.

Tishby, que pretende validar o seu discurso ao se posicionar como uma militante tanto pró-Israel quanto pró-Palestina crescida em uma família israelense adepta do sionismo de centro-esquerda, ressalta a particularidade de que o Estado de Israel se encontra em perigo perene em virtude de o Hamas, a par “de instituir a lei da Sharia” (Tishby, 2022, p. 206), ter sido “criado com o objetivo específico de estabelecer uma teocracia islâmica no lugar em que agora é Israel, e fazê-lo por meio do derramamento de sangue” (Tishby, 2022, p. 206-207). Tishby, no bojo dessa

retórica de que o Estado de Israel está na linha de frente no combate, pelo mundo ocidental, ao radicalismo islâmico, reforça o argumento de que os atos de civilidade franqueados pelo Estado de Israel aos palestinos são reiteradamente retribuídos por meio da barbárie do terrorismo islâmico fundamentalista (Tishby, 2022).

Com efeito, Tishby frisa que a retirada unilateral de Israel da Faixa de Gaza, concluída em setembro de 2005, na administração de Sharon, ao pavimentar o caminho para que o Hamas, em junho de 2007, assumisse o controle da Faixa de Gaza, evidenciou para a sociedade israelense que surtem efeito contrário os supostos atos de generosidade do Estado de Israel para com o povo palestino. Nesse sentido, a ativista israelo-americana resplende que a ascensão do Hamas na Faixa de Gaza se tornou “um grande sinal de alerta para o que poderia acontecer em nossa região com Israel [quando] estende uma mão amiga, faz um gesto de paz, desmantela assentamentos ou se retira completamente”, na medida em que, quem fizer como fez Israel em 2005 na Faixa de Gaza, estará em seu entorno “repleto de radicais islâmicos, que literalmente querem te matar e matariam inclusive [o] seu próprio povo, a 50 km de sua casa” (Tishby, 2022, p. 210).

Tishby endossa a linha de pensamento de que o Estado de Israel se encontra em situação *sui generis*, como nação ocidental, porque estaria cercado da totalidade dos Estados árabes, além da República Islâmica do Irã, todos supostamente, de acordo com a sua narrativa, hostis ao Estado israelense. A roteirista israelense radicada nos Estados Unidos realça que se cuida não só de um conflito israelo-palestino, mas de uma contenda de maior proporção. Em tal contexto, o Estado de Israel estaria sitiado ante a existência de “21 países árabes, com uma população de aproximadamente 423 milhões, e um Estado israelense, com uma população de aproximadamente 9 milhões” (Tishby, 2022, p. 29).

Por outro lado, a mesma autora, paradoxalmente, faz questão de registrar o interesse dos Emirados Árabes Unidos, do Reino do Bahrein, da República do Sudão e do Reino de Marrocos de normalizarem relações bilaterais com o Estado de Israel, no bojo do campo de possibilidades aberto pelos Acordos de Abraão, de setembro de 2020, firmados por Israel com os EAU e o Bahrein. Almeja-se a normalização das relações bilaterais com tais Estados árabes em moldes análogos aos acordos de paz celebrados pelo Estado israelense com a República Árabe do Egito, em março de 1979, e com o Reino Haxemita da Jordânia, em outubro de 1994 (Tishby, 2022). Ao mesmo tempo, Tishby deixa de lado aspecto fundamental justamente dos Acordos de Abraão que a ela parecem tão promissores: a escritora israelo-americana olvida a probabilidade de que esses mesmos Acordos de Abraão, caso venham a ser materializar, viabilizem “a anexação por Israel de boa parte da Cisjordânia” (Filiu, 2023, p. 376), a ponto de eventual e futuro Estado da Palestina,

nesse possível cenário, passe a se restringir a uma compleição residual e fragmentária, circunscrito a “enclaves ligados por um complexo sistema de túneis” (Filiu, 2023, p. 376).

A tônica no contraste entre o civilizado ocidental (judeu israelense) e o bárbaro oriental (árabe palestino) é retomada em sua прédica, ao sustentar o entendimento de que, sempre que se deflagra “um processo de paz, radicais de ambos os lados resistem às tentativas, mas normalmente são apenas os radicais do lado palestino que expressam sua resistência matando pessoas (israelenses)” (Tishby, 2022, p. 161). Ao assim se posicionar, Tishby não leva devidamente em conta o estado contínuo de sabotagem, pelo ente nacional israelense, de condições para a pacificação social na convivência entre judeus e palestinos, em especial pela política de domínio neocolonial do Estado de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados, nomeadamente após a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967.

É que o Estado israelense tem levado a efeito, de forma sistemática, como política de Estado, consoante já assinalava Edward Said no final da década de 1970, “a demolição de residências árabes, a expropriação de terras árabes, o tratamento dos trabalhadores árabes, a tortura e a detenção ilegal de árabes – todos documentados sobretudo por traduções de artigos em jornais e revistas israelenses” (Said, 2012, p. 48). O renomado intelectual palestino-americano também se refere à contextura fática, observada ainda no decorrer do século XX, na qual, com o silêncio da centro-esquerda ocidental, houve, no âmbito do Estado de Israel, entre outros abusos de poder e violações a direitos humanos, (a) “a exploração de crianças palestinas” (Said, 2012, p. 252), (b) a imposição aos trabalhadores palestinos que ficassem, à noite, durante o período destinado ao repouso, “trancafiados em seu local de trabalho” (Said, 2012, p. 252), (c) “o uso regular de tortura nos interrogatórios” (Said, 2012, p. 252) efetuados pelas forças de segurança israelenses e (d) a aplicação seletiva e discriminatória de leis especiais à comunidade árabe, “mas não aos judeus em Israel e nos territórios ocupados” (Said, 2012, p. 252).

Na conjuntura contemporânea, a comunicadora popular Gizele Martins, ao visitar Hebron, cidade da Cisjordânia formalmente sob os auspícios da Autoridade Nacional Palestina na qualidade de distrito administrativo, deparou-se com diversas residências palestinas cujos pisos superiores foram apossados por colonos israelenses, os quais “costumam jogar ácido, fezes, pedras e ferros nos palestinos que vivem na parte de baixo” (Martins, 2024, p. 361). Na verdade, Hebron⁴, segundo o internacionalista Thiago Ávila, sendo a terceira maior cidade dos Territórios Palestinos Ocupados, tem experimentado, desde a expansão territorial israelense após a Guerra dos Seis Dias (5 a 10 de junho de 1967), o mais acentuado processo de colonização sionista das cidades

⁴ *Al-Khalil* para a comunidade palestina (Ávila, 2024).

palestinas da Cisjordânia, mediante a sistemática “anexação de casas e territórios no centro da cidade” (Ávila, 2024, p. 246), bifurcada na zona H1, “território palestino gerido pela Autoridade Palestina” (Ávila, 2024, p. 246), e na zona H2, “colônia habitada por sionistas agressivos (muitos deles, defensores escancarados do racismo e do fascismo)” (Ávila, 2024, p. 246).

Embora Tishby afirme que, em regra, são somente os radicais palestinos que boicotam os processos de paz pela via do assassinato (Tishby, 2024), o escritor israelo-americano Nathan Thrall rememora que, em fevereiro de 1994, poucos meses após a assinatura do Acordo de Oslo I (cerimônia ocorrida na Casa Branca, em setembro de 1993), o colono religioso israelo-americano Baruch Goldstein, durante a terceira sexta-feira do Ramadã (nono mês do calendário islâmico, reservado à renovação espiritual), realizou o que viria a ser conhecido como o massacre na Mesquita Ibahimi, em Hebron: “A matança durou dois minutos, até que Goldstein foi subjugado e espancado até a morte pela multidão” (Trhall, 2025, p. 168). O atentado terrorista de Goldstein foi levado a cabo em ocasião na qual o Ramadã coincidiu com a Festa de Purim, feriado israelense em comemoração ao episódio bíblico em que judeus persas não só debelaram a conspiração que pretendia dizimá-los, mas também trucidaram os conspiradores (Trhall, 2025). Trhall acrescenta que o túmulo de Goldstein, aberto à visitação pública em parque municipal construído no assentamento urbano de Kiryat Arba (em que residia), situado nas proximidades de Hebron, “tornou-se um santuário e local de peregrinação” (Trhall, 2025, p. 168).

Na primeira década de 1980, o escritor israelo-americano Yossi Klein Halevi atuava como repórter especializado na cobertura dos assentamentos judaicos em Territórios Palestinos Ocupados. Entusiasta do movimento dos assentamentos judaicos, dirigiu-se, em outubro de 1984, a Hebron, para realizar reportagem sobre uma festa religiosa judaica. Ao perceber que, para viabilizar a celebração religiosa, as Forças de Defesa de Israel fecharam as ruas e submeteram a comunidade palestina a toque de recolher, desiludiu-se com o movimento dos assentamentos judaicos da Cisjordânia, porque inferiu que o movimento, ao se extasiar “com a própria história, a justiça e poesia da própria épica nacional” (Halevi, 2022, p. 96), não reconhecia “as consequências [negativas] para [o] outro povo de realizar todos os sonhos de seu próprio povo” (Halevi, 2022, p. 96).

Na tessitura específica da sociedade americana, apresenta-se outra faceta do mesmo orientalismo de acento sionista segundo o qual o Estado de Israel está na primeira linha de defesa do mundo ocidental diante do terrorismo islâmico. Tal vertente do orientalismo de bases sionistas reflete-se na argumentação de que a salvaguarda intransigente do Estado de Israel, pelos Estados Unidos da América, em face dos antagonistas do Estado israelense, como o Hamas e o Irã, prioriza

o interesse nacional tanto dos EUA quanto de Israel. Nesse modo de pensar, externado pelo comentarista político Josh Hammer, editor-geral da tradicional revista americana *Newsweek*, em entrevista ao rabino Pesach Wolicki, colunista do *The Jerusalem Post*, os Estados Unidos devem assegurar ao Estado de Israel “apoio nos fóruns internacionais e armamentos ocasionais” (Wolicki, 2025, tradução livre nossa), em troca do papel estratégico de o Estado israelense realizar o “trabalho sujo” (Wolicki, 2025, tradução livre nossa) de caçar e eliminar terroristas islâmicos que mataram nacionais americanos, como a morte, por Israel, no segundo semestre de 2024, da parte do alto escalão do Hezbollah que, no passado, esteve envolvida com os atentados de 18 de abril de 1983, em Beirute, à embaixada americana, quando levou a óbito não só integrantes do seu corpo diplomático e administrativo, mas também fuzileiros navais e outros militares da Marinha americana que lá se encontravam (Wolicki, 2025). Manifestação de sentido semelhante foi feita pelo Chefe de Governo da República Federal da Alemanha, o Chanceler Friedrich Merz, que, por ocasião dos bombardeios realizados por Israel contra o Irã, em junho de 2025, agradeceu ao ente nacional israelense por realizar o “trabalho sujo” em prol do Ocidente (Deutsche Welle Brasil, 2025).

4 O orientalismo na campanha militar em Gaza

A retórica do embate entre civilizados (judeus israelenses) e bárbaros (árabes palestinos) ganha contornos mais ousados na campanha militar levada a efeito pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza após o 7 de outubro de 2023. Conforme a lógica da propaganda oficial israelense, a população civil (inclusive os agrupamentos familiares), o equipamento urbano de modo geral, as escolas, as instituições universitárias, os templos religiosos, os hospitais, os órgãos públicos, as agências das Nações Unidas, os apartamentos, as casas e os edifícios comerciais são vistos como tentáculos do Hamas, e, portanto, plenamente elimináveis. Tal quadra correspondeu ao “momento em que todos os civis se tornam alvos, e o terreno é preparado para uma guerra genocida” (Jones *et al.*, 2025, tradução livre nossa).

É sintomática dessa gramática orientalista de bases sionistas a declaração pública do então Ministro da Defesa do Estado de Israel, Yoav Gallant, em 9 de outubro de 2023, proferida logo após os ataques do Hamas às comunidades israelitas localizadas no Sul de Israel. Na ocasião, em manifestação perante os órgãos da imprensa israelense, o à época Titular da Pasta da Defesa, ao justificar o iminente bloqueio integral para a Faixa de Gaza, anunciando que seria suspenso, inclusive, o fornecimento de eletricidade, de alimentos, de água e de combustível, afirmou: “Nós

estamos combatendo contra animais humanos e estamos agindo em conformidade com esse contexto” (Farinelli, 2023, tradução do autor da matéria jornalística). A fala de Gallant, consoante sublinha o cientista social Deivison Faustino, ecoa na sociedade israelense, na medida em que ela é induzida “a acreditar que o palestino – seja ele criança, homem ou idoso – é um terrorista assassino de israelenses nato, mesmo que os fatos provem o contrário” (Faustino, 2024, p. 120).

Essa vertente do orientalismo de bases sionistas é reforçada, ainda que de modo involuntário, pelas manifestações de acadêmicos e intelectuais que, mesmo contrários às ações militares do Estado de Israel na Faixa de Gaza e sensíveis à vulnerabilidade social em Gaza, ratificam a compreensão, esposada por parcela expressiva do mundo ocidental, de que o Hamas transformou a sociedade palestina em Gaza em uma incubadora de terrorismo islâmico fundamentalista. É ilustrativo o artigo curto de Richard Charles Horton, editor-chefe do prestigioso periódico médico *The Lancet*, publicado em tal revista científica em 23 de outubro de 2023, poucos dias antes de o Estado de Israel encetar, em Gaza, a Operação Espada de Ferro. Ao redigir o seu artigo, Horton se valeu da credibilidade perante os seus pares e a opinião pública de quem, além de conhecer, *in loco*, a realidade social de Gaza, tem questionado, publicamente, o cabimento das ações militares do Estado de Israel, sob o prisma não só humanitário como também da sua eficácia de longo prazo. A despeito disso e, por outro lado, a partir desse lugar de fala de aparente isenção e moderação, propagou, naquele texto, a concepção muito ao gosto do orientalismo de cariz sionista de que existe uma “cultura terrorista [...] projetada pelo Hamas em quase todos os aspectos da vida em Gaza” (Horton, 2023, p. 1.511, tradução livre nossa). Tal tônica na alegada prevalência, na Faixa de Gaza, da cultura terrorista semeada pelo Hamas robusteceu estereótipos a desumanizarem os palestinos e a servirem de discurso de justificação para a ocorrência, em Gaza, de violações a direitos humanos, pelas Forças de Defesa de Israel, que foram se tornando, depois do 7 de outubro de 2023, cada vez mais atrozes e escancaradas, a título de indissociável punição coletiva. Essa ênfase em descrever a sociedade palestina da Faixa de Gaza como uma coletividade a abraçar uma cultura pautada pelo terrorismo islâmico fundamentalista espalhado pelo Hamas ofuscou as estruturas de opressão que, sedimentadas pelo Estado de Israel, inclusive pela via militar, fomentaram, de modo indireto, a emergência e a expansão de movimentos e grupos palestinos norteados por ideologias religiosas islâmicas radicalizadas (Khwaja, 2023).

Houve uma simplificação nos discursos oficiais e nas matérias jornalísticas veiculadas no âmbito do Estado de Israel, bem como das nações a ele aliadas da América do Norte e da Europa. Enfatizou-se, de modo seletivo, o direito de autodefesa do Estado israelense diante das agressões do Hamas deflagradas no 7 de outubro de 2023. Reiterou-se, assim, a gramática neo-orientalista

de equiparar os ataques do Hamas aos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 e a atos jihadistas à moda da Al-Qaeda e do Estado Islâmico do Levante e da Síria. Deixou-se ao largo do debate público, no campo majoritário da política, da opinião pública e dos meios de comunicação social da América do Norte, da Europa e de Israel, o quanto que a atuação do Estado israelense, como potência regional colonialista, inclusive por meio do seu fomento à expansão e consolidação dos assentamentos judaicos na Cisjordânia, concorre para a escalada de meios violentos de resistência que se apresentam no seio das comunidades palestinas e da ascensão de grupos e movimentos políticos palestinos de orientação fundamentalista islâmica (Dahrer, 2024).

O campo da semântica orientalista tem sido cultivado pelo *establishment* político da direita israelense ainda mais após os acontecimentos traumáticos e aterrorizantes do 7 de outubro de 2023, de que é emblemática a declaração pública de Gallant acima aludida (Farinelli, 2023; Faustino, 2024). Desde Theodor Herzl até os tempos atuais, com as manifestações públicas do Presidente de Israel Isaac Herzog e do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu relacionadas com o 7 de outubro de 2023, mantém-se a reverberação retórica de que Israel tem uma função estratégica no mundo ocidental no combate direto aos bárbaros orientais do mundo árabe e muçulmano, mormente àqueles, atualmente, etiquetados como jihadistas (Dahrer, 2024). O discurso orientalista de sotaque sionista que retrata a coletividade da Faixa de Gaza como agrupamento terrorista islâmico fundamentalista é análogo àquele que descreve os campos de refugiados palestinos administrados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (mais conhecida pela sigla anglófona UNRWA⁵), como o *locus* de “uma cultura de luta violenta, do rio Jordão ao mar Mediterrâneo, para a libertação completa da Palestina” (Schwartz; Wilf, 2021, p. 224).

No âmbito da ação militar de Israel na Faixa de Gaza depois do 7 de outubro de 2023, o orientalismo de acento sionista se matizou com a tecnologia política da dualidade ou do duplo uso. Com o desiderato de propiciar aparência de legitimidade a sua intervenção militar na Faixa de Gaza, o Estado de Israel prosseguiu com o estratagema desenvolvido desde o ano de 2007 e aprimorado a partir das atividades militares terrestres deflagradas em 27 de outubro de 2023, com a Operação Espada de Ferro, isto é, de obscurecer as linhas que separam os círculos secantes das esferas militar e não militar, como meio de potencializar o alcance e a letalidade da sua atuação militar. Ao enxergar pessoas civis (*verbi gratia*, crianças, idosos e mulheres), na qualidade de militantes terroristas, simpatizantes de causa terrorista ou futuros terroristas em potencial, e vislumbrar instalações civis (*exempli gratia*, hospitais, instituições de ensino superior, templos

⁵ United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.

religiosos e recintos jornalísticos), como infraestrutura de suporte ao terrorismo, infiltrada por terroristas ou porto seguro para acobertá-los, o ente estatal israelense estabeleceu a equiparação entre as esferas militar e não militar para justificar, como uma necessidade da ordem do imprescindível e do inevitável, a ampliação e a intensidade da sua interveniência militar fulminante em todos os segmentos da vida pública e privada de Gaza (Jones *et al.*, 2025). Consistiu em artifício para retroalimentar a hesitação dos seus aliados políticos, militares e econômicos tradicionais⁶, posicionados no Norte Geopolítico, notadamente do eixo geopolítico anglo-saxônico⁷, mas também de Estados nacionais da Europa continental, em que se inclui a República Federal da Alemanha, cuja política externa de estreito alinhamento com o Estado de Israel se sedimentou com a aproximação entre esta e a antiga Alemanha Ocidental, a partir das reparações pecuniárias direcionadas ao ente nacional israelense, pela RFA, em 1952 (Jones *et al.*, 2025; Wegner, 2024).

Essa ambivalência do Estado de Israel, ao transitar pela zona cinzenta entre os formatos de uma guerra convencional propriamente dita e de uma campanha militar de guerra assimétrica, concorreu para que os seus aliados tradicionais houvessem demorado a (ou deixado de) condenar a destruição e a catástrofe humanitária em curso em Gaza, com a devida tempestividade, em termos proporcionais, de forma contundente e com medidas concretas nos planos internacional e das relações bilaterais (Jones *et al.*, 2025). O Estado de Israel, ao executar ações armadas a acarretarem efeitos devastadores típicos de uma guerra total, sem que houvesse um conflito armado interestatal, e, por outro lado, ao implementar, conforme o seu juízo de conveniência, providências que, conquanto pautadas em institutos e princípios do Direito Internacional Humanitário, se revelaram profundamente deficitárias e de baixíssima eficácia e efetividade, tentou, em vão, sustentar “uma fachada de legitimidade para as preocupações humanitárias principalmente performáticas dos estados observadores” (Jones *et al.*, 2025, tradução livre nossa). Essa tentativa de cultivar um estado de aparência de respeito às normas internacionais humanitárias logo se tornaria cada vez mais inviável diante da ampla repercussão internacional, cujo mérito se deve, em grande medida, aos palestinos da Faixa de Gaza que, permanecendo no enclave e assumindo o risco de morte

⁶ A idealização do Estado de Israel, como democracia de estilo ocidental e polo de desenvolvimento regional, a se defrontar com uma conjuntura regional marcada pelo terrorismo islâmico, assim como a ênfase ao direito de autodefesa do Estado israelense, consistem em narrativas de fundo orientalista recorrentes nos meios de comunicação social ocidentais que servem ao propósito de ocultar da opinião pública e da sociedade civil do mundo ocidental os interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos e dos Estados europeus subjacentes ao seu apoio ao (e cooperação com o) Estado de Israel (Dahrer, 2024).

⁷ Do ponto de vista histórico, cumpre rememorar que o Império Britânico e, depois, os Estados Unidos alinharam-se ao movimento sionista, a fim de instrumentalizá-lo como o seu *longa manus* no enfrentamento dos adversários de ambas as potências ocidentais no contexto do Oriente Médio (Dahrer, 2024).

iminente, continuaram a exercer o jornalismo *in loco*, a exemplo do jornalista falecido Anas al-Sharif (1996-2025)⁸ e da fotojornalista falecida Fatima Hassouna (2000-2025)⁹, assim como das igualmente jovens jornalistas, sobreviventes da intervenção militar israelense, Hind Osama Al-Khoudary e Bisan Owda.

5 Conclusão

O sionismo se desdobra (*a*) no movimento sionista judeu, pela autodeterminação do seu povo, dividido em suas facetas religiosa, laica, nacionalista e trabalhista, (*b*) no sionismo cristão de raiz norte-americana (notadamente de corte evangélico) e (*c*) no sionismo como doutrina oficial do Estado de Israel e ideologia prevalecente na sociedade israelense. O sionismo preponderante atualmente no Estado de Israel, assim como no Norte Geopolítico, vale-se dos meios de comunicação social, das redes sociais e da produção cultural, a exemplo de *best-sellers*, para continuar com a tradição iniciada nos primórdios do sionismo europeu de retratar o Estado de Israel como ente político-estatal incumbido da função estratégica e decisiva de atuar, no Oriente Médio, (*a*) como posto avançado de proteção da civilização ocidental, (*b*) na promoção de valores culturais e políticos ocidentais supostamente superiores aos orientais e (*c*) no enfrentamento direto das ameaças existenciais ao mundo ocidental atribuídas às comunidades e às nações de maioria árabe e muçulmana (caracterizadas como celeiros de fundamentalismo religioso, intolerância política e cultural, violência estatal e social e barbárie generalizada).

Essa tradição orientalista do sionismo tem sido instrumentalizada, pelo Estado de Israel e por seus aliados políticos, militares e econômicos do Norte Geopolítico, ao longo do conflito israelo-palestino, inclusive na contemporaneidade, com o surgimento da onda neo-orientalista depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Na atualidade, a retórica orientalista proporcionou ao Governo israelense dilatada margem de liberdade para desenvolver implacável campanha militar na Faixa de Gaza, em retaliação às agressões realizadas no Sul de Israel, pelo Hamas, de 7 a 8 de outubro de 2023.

⁸ Anas al-Sharif (1996-2025) foi correspondente da rede de televisão *Al Jazeera*, mantida pelo Estado do Catar. Morreu na noite de 10 de agosto de 2025, em virtude de ataque das Forças de Defesa de Israel à “tenda localizada do lado de fora do portão principal do Hospital al-Shifa da Cidade de Gaza” (*Al Jazeera*, 2025, tradução livre nossa), quando também faleceram “o correspondente da *Al Jazeera* Mohammed Qreiqeh e os operadores de câmera Ibrahim Zaher e Mohammed Noufal” (*Al Jazeera*, 2025, tradução livre nossa), assim como “o cinegrafista freelancer Momen Aliwa e o jornalista freelancer Mohammed al-Khalidi” (*Al Jazeera*, 2025, tradução livre nossa).

⁹ Morta em 16 de abril de 2025, durante ataque aéreo de Israel que atingiu a sua casa e levou a óbito também diversos dos seus familiares (Ellis-Petersen, 2025).

O Estado de Israel assim atuou com a cumplicidade (ainda que oscilante, conforme a conveniência política do momento) da classe política ocidental, bem assim dos grupos econômicos do Norte Geopolítico, em especial do complexo industrial-militar, dos meios de comunicação social e das *big techs* das redes sociais. A perspectiva orientalista, de bases sionistas, ao retratar as coletividades palestinas como tentáculos do Hamas e, por conseguinte, ameaças existenciais ao Estado de Israel, serviu de discurso de justificação para que o Estado de Israel, em suas ações militares deflagradas a partir da Operação Espada de Ferro, realizasse o extermínio em larga escala de contingente superlativo da população civil palestina na Faixa de Gaza, associado com a ampla e irrestrita destruição do equipamento urbano e do patrimônio público e privado palestino em tal enclave.

Referências

AGOZINO, Biko. “Humanifesto” para a descolonização da Criminologia e da Justiça. Tradução de Vinícius de Assis Romão e Leonardo Passos. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1.402-1.428, abr.-jun. 2023. (Dossiê “Povos Indígenas e Justiça Criminal na América Latina”) Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AL-HINDI, Marya. Criminalising Palestinians: History and Borders in the Construction of the Palestinian Threat. International Journal for Crime, Justice and Social Democracy, Brisbane, v. 12, n. 2, p. 36-46, May-Aug. 2023. Disponível em: <https://www.crimejusticejournal.com/article/view/2888>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AL JAZEERA. News. Israel-Palestine conflict. *Anas al-Sharif among four Al Jazeera journalists killed by Israel in Gaza*: Al Jazeera staff killed in targeted Israeli attack on a tent housing journalists near al-Shifa Hospital, Gaza City. Doha, 10 Aug. 2025 Updated: 12 Aug. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/8/10/al-jazeera-journalist-anas-al-sharif-killed-in-israeli-attack-in-gaza-city>. Acesso em: 14 out. 2025.

ÁVILA, Thiago. A não violência que ninguém vê. In: OLIVEIRA, Rafael Domingos (Org.). *Gaza no coração*: história, resistência e solidariedade na Palestina. São Paulo: Elefante, 2024. p. 241-249.

CARRINGTON, Kerry; HOGG, Russell; SOZZO, Maximo. Criminologia do Sul. Tradução de Camila Cardoso de Mello Prando e Eduarda Toscani Gindri. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1.932-1.961, jul.-set. 2018. (Dossiê “200 anos de Marx: perspectivas críticas latino-americanas”) Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju>. Acesso em: 12 ago. 2025.

DAHER, Joseph. *Orientalism, Imperialism and The Western Coverage of Palestine*. Doha: Al-Jazeera Media Institute, Apr. 1st, 2024. Disponível em: <http://institute.aljazeera.net/en/ajr/article/orientalism-imperialism-and-western-coverage-palestine>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DE SINNO, Isabella. Palestine’s struggle for narrative: From orientalist misconceptions to social media resistance. *Routed: Migration & (Im)mobility Magazine*, [s. l.], n. 25, Sept. 1st, 2024. (Issue 25: Migration in the MENA Region: (Youth) Perspectives, Policy and Impact)

DEUTSCHE WELLE BRASIL. Israel faz “trabalho sujo” no Irã por nós, diz líder alemão. Chanceler Friedrich Merz faz “agradecimento” a Israel no 5.º dia seguido de bombardeios a Teerã, enquanto Trump avisa ao aiatolá Khamenei que EUA sabem onde ele está, mas que “por enquanto” não vão matá-lo. *Em Destaque*, Bonn, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/israel-faz-trabalho-sujo-no-ir%C3%A3-por-n%C3%B3s-diz-chanceler-alem%C3%A3o/a-72955873>. Acesso em: 14 out. 2025.

ELLIS-PETERSEN, Hannah. ‘If I die, I want a loud death’: Gaza photojournalist killed by Israeli airstrike: Fatma Hassouna, who had been documenting war in Gaza for 18 months and was subject of new documentary, killed alongside six family members. *The Guardian*, London, 18 Apr. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/apr/18/gaza-photojournalist-killed-by-israeli-airstrike-fatima-hassouna>. Acesso em: 14 out. 2025.

FAUSTINO, Deivison. Racismo, colonialismo e genocídio na Palestina ocupada. In: OLIVEIRA, Rafael Domingos (Org.). *Gaza no coração: história, resistência e solidariedade na Palestina*. São Paulo: Elefante, 2024. p. 115-136.

FARINELLI, Victor. ‘Estamos combatendo contra animais’: ministro israelense justifica cerco a Gaza com frase racista. *Opera Mundi*, Caderno Política e Economia, São Paulo, 9 out. 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/combatemos-contra-animaais-ministro-israelense-justifica-cerco-a-gaza-com-frase-racista>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FILIU, Jean-Pierre. *Uma história secular do Oriente Médio*: do ano 395 aos nossos dias. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2023.

HALEVI, Yossi Klein. *Cartas ao meu vizinho palestino*: com um extenso epílogo de respostas palestinas. Tradução de Margarida Goldsztajn. São Paulo: Contexto, 2022.

HORTON, Richard. Offline: Israel–Gaza–what comes next? *The Lancet*, London, v. 402, p. 1.511, Oct. 28, 2023. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)02398-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)02398-X/fulltext). Acesso em: 4 jun. 2025.

INTERNATIONAL JOURNAL FOR CRIME, JUSTICE AND SOCIAL DEMOCRACY. *Rosa del Olmo Prize*. Brisbane, Queensland University of Technology, [s. d.]. Disponível em: <https://www.crimejusticejournal.com/RosadelOlmoPrize/index#:~:text=The%20Rosa%20del%20Olmo%20Prize,of%20criminology%20beyond%20Western%20scripts>. Acesso em: 18 oct. 2025.

JONES, Craig; MOUSAMPUTRI, Ichamati; GRIFFITHS, Mark. Duality and dual use in Israel's war on Gaza. *Political Geography*, Amsterdam, v. 114, n. 1, Oct. 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629824001379>. Acesso em: 3 jun. 2025.

KHALIDI, Rashid. *Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017)*. Tradução de Rogerio W. Galindo. São Paulo: Todavia, 2024.

KHWAJA, Arif; BELL, Iona; HADLEY, Daniel; PRICE, Huw; TUMBULL, Clare. Gaza: a plea to reclaim our collective humanity. *The Lancet*, London, v. 402, p. 1.975, Nov. 23, 2023. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)02510-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)02510-2/fulltext). Acesso em: 4 jun. 2025.

MARTINS, Gizele. Das favelas do Rio à Palestina. In: OLIVEIRA, Rafael Domingos (Org.). *Gaza no coração: história, resistência e solidariedade na Palestina*. São Paulo: Elefante, 2024. p. 357-363.

SAID, Edward Wadie. *A questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: UNESP, 2012.

SCHWARTZ, Adi; WILF, Einat. *A guerra do retorno*: como resolver o problema dos refugiados e estabelecer a paz entre palestinos e israelenses. Tradução de Rachel Meneguello. São Paulo: Contexto, 2021.

THRALL, Nathan. *Um dia na vida de Abed Salama*: anatomia de uma tragédia em Jerusalém. Tradução de Daniel Turela Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2025.

TISHBY, Noa. *Israel*: uma nação fascinante e incompreendida. Tradução de Margarida Goldsztajn. São Paulo: Contexto, 2022.

VOZES JUDAIAS POR LIBERTAÇÃO. Para estarmos inteiros. In: OLIVEIRA, Rafael Domingos (Org.). *Gaza no coração*: história, resistência e solidariedade na Palestina. São Paulo: Elefante, 2024. p. 227-230.

WAHID, Muhammad Abdul. From Orientalism to neo-Orientalism: medial representations of Islam and the Muslim world. *Textual Practice*, Abingdon-on-Thames, v. 39, n. 2, p. 162-181, Feb. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0950236X.2023.2288112>. Acesso em: 7 jun. 2025.

WEGNER, Marcel. *Orientalism and the Discourse on Israel/Palestine*: A Discourse Analysis of the Representation of the Israel-Palestine Conflict in Germany after October 7th. Thesis submitted in partial fulfilment of the requirement of the degree of Master of Arts in Middle Eastern Studies. Faculty of Social Sciences (Lund University), Lund, 2024. Disponível em: <https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=9161845&fileId=9161849>. Acesso em: 5 jun. 2025.

WOLICKI, Pesach. Josh Hammer: A renewed Jewish-Christian alliance for Western civilization – opinion. *The Jerusalem Post*, Jerusalem, Apr. 25, 2025. Disponível em: <https://www.jpost.com/opinion/article-850128>. Acesso em: 2 jun. 2025.